



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

19 DE MAIO DE 1975

DISCURSO PROFERIDO NO PALACIO DO
PLANALTO, EM BRASÍLIA, POR OCASIAO
DO LANÇAMENTO DO «PROGRAMA DE
PASTAGENS».

Na oportunidade deste encontro entre membros categorizados do Governo, não só do Poder Executivo, mas também do Legislativo, e representantes destacados de Entidades que congregam os que laboriosamente se ocupam com as atividades rurais — e que recebo, a todos, hoje aqui com especial apreço — quero reafirmar-lhes o elevado empenho com que a administração federal se dedica ao relevante problema do desenvolvimento da agricultura e da pecuária.

Em diversos pronunciamentos anteriores — tais como o da primeira reunião ministerial, em 19 de março de 1974, o da reunião ministerial de encaminhamento ao Congresso Nacional do II PND, em 1º de setembro, e o proferido em Curitiba, dando início ao PROAGRO, em 1º de outubro — destaquei a importância que o meu Governo atribui a este setor fundamental da vida nacional.

No mesmo sentido, além do conteúdo do próprio II PND, segundo o qual a agricultura e a pecuária passarão a desempenhar novo papel em nossa estratégia de desenvolvimento, há numerosas manifestações de outras autoridades governamentais, notadamente do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura que,

com afinco, por palavras e atos, vem continuamente estimulando o seu melhor desempenho.

Nos países desenvolvidos do mundo, o setor agropecuário constituiu e continua a constituir a base essencial da pujante economia de que desfrutam. Entre nós, não é menos importante a missão que lhe cabe. Dentre as múltiplas razões que justificam essa relevante posição, permito-me, embora repetindo o que já foi dito muitas vezes e insistindo no que parece óbvio, salientar as seguintes:

— as necessidades do abastecimento do mercado interno crescem a elevadas taxas, seja para atender ao aumento efetivo da nossa população — já da ordem de 110 milhões de pessoas — seja para a progressiva melhoria dos alimentos, em quantidade e qualidade, corrigindo-se, pouco a pouco, a situação de subalimentação que, infelizmente, ainda existe em certas áreas do país e em algumas camadas do povo;

— crescem também, substancialmente, as necessidades de maior volume de produtos para a exportação, não só para atender ao desejado aumento do comércio exterior — que é essencial para o nosso desenvolvimento integrado — mas ainda para que, aproveitando as condições favoráveis de que dispomos, possamos desempenhar o papel de grande supridor mundial desses produtos, de que são carentes muitos outros países;

— temos ainda imensos espaços vazios no centro-oeste e no norte do nosso território, nos quais

se realiza um grande esforço da ação do Governo, tendo em vista, o objetivo permanente da Integração Nacional; nessas áreas abrem-se amplas perspectivas para as atividades agropecuárias, promovendo-se a Integração inclusive com a expansão de nossa fronteira agrícola;

— por fim, cabe ao setor, indubitavelmente, decisiva participação na política de promoção social, como distribuidor da renda nacional e, sobretudo, como opção de emprego produtivo, capaz de aliviar a pressão migratória no sentido das cidades.

De acordo com essa concepção, vem o Governo adotando um conjunto de medidas que visam ao maior desenvolvimento da agropecuária. Essas medidas embora sejam de real significado para o país — apesar de nem sempre satisfatórias para todos, dado o inevitável entrelaque de interesses — não tiveram ainda a atenção e a divulgação que merecem. Por isso, devo recordá-las agora, também como prestação de contas de nossa atuação neste pouco mais de ano de governo e para caracterizar que, apesar de esparsas no tempo e de natureza variada, guardam entre si a necessária coerência, dentro do elevado propósito que as ditou.

Destaco, em primeiro lugar, o estreito relacionamento que se firmou entre os órgãos da Administração Federal e os seus congêneres dos Estados, através do Ministério e das Secretarias de Agricultura. Os resultados têm sido de real proveito, graças à orientação comum, à conjugação de esforços, ao

intercâmbio de informações e ao emprego judicioso dos recursos destinados ao setor.

Como fato muito significativo, assinalo o incremento de 170%, no ano de 1975, em relação ao anterior, no orçamento do Ministério da Agricultura, para a sua administração direta.

Criaram-se, assim, condições para modernizar e vitalizar a estrutura do Ministério, de acordo com as exigências de um bom desempenho e, notadamente, para a implementação e dinamização de organismos capazes de assegurar a execução coordenada da política setorial.

Deu-se especial atenção ao efetivo estabelecimento dos Sistemas de Planejamento Agrícola, de Produção e de Abastecimento.

Para orientar e coordenar a concessão de crédito agrícola, pelas entidades especializadas, dentro das diretrizes governamentais, criou-se a Comissão de Coordenação de Crédito Rural. Para impulsionar o sistema de apoio à transferência da tecnologia, organizou-se a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural que, diretamente ou por intermédio dos organismos estaduais, prestará assistência técnica aos produtores.

Criou-se, ainda, o Conselho Nacional do Abastecimento, com capacidade para adotar as providências relativas à sua ampla problemática, envolvendo produção, transporte, estocagem e comercialização.

Implantou-se o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, criado no Governo do Presidente Médici.

Constitui o primeiro e decisivo passo na conquista do seguro rural e vem trazer aos produtores a necessária tranqüilidade no exercício de suas atividades. Visa a garantir-lhes a maior parte dos recursos para pagamento de dívidas resultantes de financiamentos de custeio e investimento que não possam liquidar, por insuficiência de rendimento, em consequência de frustrações, parciais ou totais, de colheitas, ou perdas sofridas por seus rebanhos, resultantes de fenômenos naturais adversos.

Lançaram-se programas especiais para regiões prioritárias, dentro de áreas consideradas de importância estratégica para o desenvolvimento brasileiro — os «pólos» — POLAMAZÔNIA, POLONORDESTE, POLOCENTRO, Programa do Pantanal e outros.

Traduzem, de um lado, o esforço de ação concentrada de vários ministérios para a expansão da fronteira agrícola, a organização da atividade e o estímulo à produção e, de outro lado, o reconhecimento de que não é possível atuar com igual intensidade em todas as áreas por desenvolver, mas sim de que há necessidade de selecioná-las, ante a realidade limitativa dos meios disponíveis.

Deu-se nova definição ao Programa de Incentivos Fiscais. Sua atualização tem em vista assegurar melhor aplicação dos recursos correspondentes, evitando-se a pulverização e distorções em sua utiliza-

ção. A medida terá repercussões sensíveis no reflorestamento e permitirá o saneamento e revigoração do setor da pesca.

Desenvolveu-se a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, tendo em vista que ela constitui elemento muito expressivo do programa de apoio à produção.

Em 1975 a Empresa dispõe de 600 milhões de cruzeiros para serem aplicados em trabalhos de pesquisa, exercendo sua ação nacional em Centros Especializados e, nos Estados, pela integração com as unidades de pesquisa existentes.

Ênfase foi dada ao Plano Nacional de Sementes que se encontra em pleno desenvolvimento e deverá se estender a todo o território do País, tendo em vista promover-se o aumento da utilização de sementes da melhor qualidade nas principais culturas.

A assistência técnica está sendo revigorada pelo aumento de recursos à sua disposição — maiores aproximadamente duas vezes e meia, em relação a 1974. Reconhece-se, dessa forma, a prioridade para o uso da tecnologia moderna na atividade rural como indispensável à maior produtividade e, pois, à redução dos custos de produção.

A disponibilidade e o preço dos insumos têm sido objeto de especial atenção. No ano de 1974, em regime de emergência, vários desses insumos de produção foram financiados a taxas de juros totalmente subsidiadas. Em 1975, ainda em caráter emer-

gencial, criou-se um subsídio de 40% dos preços dos fertilizantes, objetivando a que se mantivessem ao nível vigente no início de 1974. Como solução definitiva, foi aprovado e já se encontra em execução o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcários que visa a nossa auto-suficiência nos próximos anos.

Tem sido preocupação permanente do Governo assegurar crédito suficiente aos produtores rurais. Em 1974, para conter a pressão inflacionária ressurgida, foram necessárias severas medidas de restrição à expansão monetária. Esta, inicialmente, foi limitada a 35%. Cuidou-se, contudo, de estabelecer níveis mais altos para a expansão do crédito destinado à agricultura, programando-se a sua elevação a 49,5%. Controlado o processo inflacionário, a agropecuária imediatamente recebeu estímulo na liberação de maiores recursos.

A partir do mês de outubro, todas as operações de custeio e inúmeras operações de investimentos passaram a ser executadas extralimites, o que elevou o crédito agropecuário, em 1974, de cerca de 60%. No ano de 1975 a expansão monetária está definida em 30%. Para a agricultura, no entanto, o teto foi elevado 50,8%, além de manter-se a resolução de ausência de limites para créditos do custeio e para determinados investimentos.

A política de preços mínimos, tornada mais vigorosa e agressiva, foi ampliada, estendendo-se a novos produtos e regiões. Com isto, se ofereceu evidente apoio e incentivo à produção e garantia à

comercialização. Pela primeira vez foram estabelecidos preços mínimos em níveis superiores aos do mercado — e, quando necessário, houve nova fixação, de natureza complementar, após o plantio. De modo inteiramente original, decidiu-se determinar, para produtos perecíveis, preços com base em custos de produção e pelos quais a COBAL os adquiriu em quantidades que permitiram a manutenção satisfatória do mercado.

A atividade de comercialização, tão importante quanto à de produzir, recebeu especial atenção para seu desenvolvimento, por meio de entidades oficiais especializadas e, principalmente, pela ação do setor privado, com ênfase em Cooperativas.

Acentuou-se, também, o esforço de incentivar as exportações agrícolas, ampliando-se, quando necessário, os mecanismos que melhoram as condições de colocação de nossos produtos no mercado internacional.

No que se relaciona com a infra-estrutura prosseguiu-se com o desenvolvimento prioritário dos programas de «corredores de Transporte». Considerou-se imprescindível melhorar as condições de armazenamento, através da ação estatal e, principalmente, da iniciativa particular, devidamente apoiada. Espera-se corrigir as defasagens existentes no sistema de estocagem, à medida em que for concretizado o Programa Nacional de Armazenagem, recentemente aprovado, pelo qual se ampliará, em todo o país e em prazo relativamente curto, a capacidade de guarda de produtos agrícolas, pecuários e de pesca. A orien-

tação adotada é a de se estimular a criação de novas unidades armazenadoras tanto em fazendas, como em áreas intermediárias e nos Terminais, beneficiando, assim, todos os segmentos do processo de estocagem.

Em apoio ao setor do abastecimento, está sendo concluído, com prioridade, o Programa de Centrais de Abastecimento, complementado com o Programa de Mercados Expedidores de Origem, com o objetivo de melhor dotar de instalações os centros de produção e de reduzir custos de comercialização. Todo o empenho dessa ação tem sido orientado, em primeiro lugar, no sentido de que não haja falta dos produtos exigidos pelo consumo e, por outro lado, de que os preços, sem prejuízo do indispensável estímulo do lucro para os produtores, sejam os menos onerosos para os consumidores.

Desde o início do Governo, é dada atenção especial ao problema fundiário, principalmente no que se refere à titulação de terras. É um problema que muito preocupa vários setores da administração, não apenas pela finalidade de assegurar trabalho e produção, mas principalmente pelas tensões sociais geradas e que exigem pronto atendimento.

Seguindo essa orientação, o INCRA, em 1974, conseguiu ultrapassar o expressivo número de 28 mil títulos entregues, esperando-se que, nos próximos anos, este índice de regularização seja substancialmente aumentado.

Intensificaram-se, também, os trabalhos de liberação de áreas reservadas a programas especiais de

desenvolvimento para serem licitadas a pequenas, médias e grandes empresas.

A eletrificação rural — empreendimento de significação muito positiva como fator de radicação do homem no campo — teve grande expansão. Em 1974, foram contratados 15.100 km de linhas de transmissão, para a instalação de um potencial de 140.750 kw, beneficiando 26.000 propriedades. Estes números se tornam relevantes quando comparados aos do período 1965-73, no qual se instalaram 8.821 km de linhas, com potência de 73.870 kw e servindo 12.000 propriedades.

Prosseguir-se-á nesta expansão, aumentando aceleradamente a disponibilidade de energia elétrica para o setor rural.

Senhores Pecuaristas.

Irei, agora, deter-me mais especificamente no que vem o governo realizando em prol do fortalecimento do importante segmento de nossa economia rural, que é a pecuária.

Foi diretiva adotada desde o início do meu Governo estabelecer uma política realista que evitasse especulações e bruscas oscilações de preços, as quais não beneficiam nem a produtores nem a consumidores.

Convencidos de nossas responsabilidades comuns — Governo e setor privado — e dispostos à criação de um construtivo clima de entendimento e trabalho, deixamos bem demonstrada a intenção de eliminar o tabelamento. E esta medida foi tomada.

em curto prazo, não só para o boi, mas também para a maioria dos cortes de carne de varejo. Cuidou-se de eliminar o confisco cambial para as exportações pecuárias, assim como de revogar o processo de requisição de boi.

Buscou-se, evidentemente, uma política de normalização de preços e de realidade de mercado, que só pode ser mantida em vigor, como regra, desde que haja boa fé, negociações abertas, e verdadeira vontade de chegar ao entendimento geral.

No setor do leite também procurou-se estabelecer uma política realista de preços, de estímulo da produção na entressafra e de garantia de comercialização na safra, através dos estoques reguladores.

O ano de 1974 foi atravessado com algumas dificuldades, na maioria criadas pelos que não percebiam estarmos diante de um panorama internacional desfavorável, de mercados fechados, com inelutáveis repercussões internas.

Cabe, no entanto, reconhecer que foram mantidos preços de sustentação aos produtores — além de preços estáveis a consumidores — e que o abastecimento interno não sofreu as dificuldades até então habituais; evitaram-se as filas; não houve falta do produto; a entressafra ocorreu tranqüila.

Reconheceu o Governo, ainda, a necessidade de definição de uma política ante a qual possam os produtores ter confiança para realizar investimentos, mesmo diante de uma conjuntura internacional em

crise. Para tal aprovaram-se, ao final de 1974, as diretrizes da política governamental para a pecuária bovina.

Elas estabelecem a política de preços com base na realidade do mercado e sem distorções criadas pelos tabelamentos. Instituem, ainda, mecanismos de transferência de oferta de carne do período de safra para entressafra, de modo a reduzir os desequilíbrios sempre observados na oferta do produto. Promovem a estocagem, a frio, do boi abatido em período da safra, bem como a indução, através de incentivos fiscais, da maior entrega do boi gordo num período crítico da entressafra. Quanto ao comércio exterior formulam um comportamento coerente com as condições do mercado interno.

Com relação ao desenvolvimento tecnológico as diretrizes indicam a melhoria do nível de manejo e tratos sanitários para obtenção de maior taxa de natalidade e menor mortalidade; melhor nível de alimentação com a finalidade de reduzir as diferenças de oferta entre a safra e a entressafra; e o desenvolvimento de técnicas para a elevação da taxa de desfrute, de modo a aumentar, significativamente, a oferta e a regularidade de bovinos para o abate.

Ao mesmo tempo outras medidas estão sendo tomadas para reforçar direta ou indiretamente o setor pecuário. Criaram-se, e estão em fase de implantação, o Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte e o Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite; a política de estoques reguladores, em opera-

ção no corrente ano, retirando do mercado o excedente, vem obtendo os desejáveis efeitos de sustentação dos preços para os produtores; abriu-se uma ativa linha de crédito para retenção de cria ou recria; iniciou-se a promoção do melhoramento genético, por meio de testes de progênie, realizado conjuntamente com associações de classe e de produtores; incentivou-se o desenvolvimento do novilho precoce. Considerando medida importante, determinaram-se estudos para a correção e adequação dos custos do dinheiro aplicado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária.

Além dessas providências, já em vigor, estão em curso outras medidas. Aí está o Programa Nacional de Saúde Animal (PRONASA), no qual se investirão, em 1975, cerca de 300 milhões de cruzeiros. Por seu intermédio será ampliada a Campanha Nacional da Febre Aftosa, e iniciado o combate à brucelose, à raiva dos herbívoros, entre outras providências necessárias ao controle da saúde animal.

E, finalmente, nesta reunião de hoje — para a qual os senhores foram convidados — lança o Governo um novo e vigoroso estímulo à pecuária: o «Programa Nacional de Pastagens».

De fato, estão sendo estabelecidas, neste Programa, as condições para uma linha especial de crédito ao setor da alimentação animal, no valor mínimo de 1 bilhão de cruzeiros por ano.

O seu objetivo é a formação e melhoria de pastagens, o aperfeiçoamento do manejo e alimenta-

ção dos rebanhos, proporcionando as condições para ampliar-lhes o desfrute.

O crédito, concedido em função do tamanho do rebanho, será suficiente para a formação de área adicional de pastagens destinadas à complementação alimentar no período da entressafra. O prazo de pagamento e a carência serão adequados e os juros subsidiados.

Concebido como parte da política de difusão de tecnologia, propõe-se a recuperar, anualmente, um mínimo de 10% das pastagens, e permitir a formação de capineiros de corte e pastagens de gramíneas ou leguminosas.

Esta providência, reconhecidamente objetiva e eficaz, complementa as anteriores, aumentando racionalmente o apoio governamental ao setor pecuário.

Agradeço o comparecimento de todos a este ato. A par de sua finalidade própria — qual a de dar-lhes conhecimento deste novo «Programa Nacional de Pastagens», cujo alcance, estou certo, será bem avaliado por aqueles que se dedicam ao campo — me permitiu recordar, para conhecimento público, as principais iniciativas do meu Governo, até agora adotadas em benefício do desenvolvimento da agricultura e da pecuária do país.

Com tais iniciativas damos um avançado passo para a necessária consolidação do valioso trabalho do produtor rural.

Com esse trabalho e através da ação intensa da iniciativa privada, asseguraremos o crescimento racional e contínuo de tão importante setor, que é base da nossa economia e essencial para que possamos levar a bom termo nossa decisão de viver em uma sociedade coesa nos seus ideais, integrada em suas regiões, harmonizada em suas atividades, num grande Brasil.